Bens de João Alves podem ser seqüestrados

BRASÍLIA — O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) afirmou ontem que a CPI da máfia do Orçamento já tem indícios suficientes de enriquecimento ilícito para pedir o seqüestro dos bens do deputado João Alves (PPR-BA), principal acusado de fraudar o Orçamento. O presidente da subcomissão de patrimônio e da situação fiscal lembra, no entanto, que a CPI ainda não tem uma decisão oficial sobre o assunto. Segundo Bisol, o seqüestro seria capaz de evitar que o deputado transferisse seus bens para outras pessoas durante a investigação:

— Além disso, seqüestro dos bens não significa tomá-los definitivamente. Se ficar comprovada a sua inocência, a situação voltará rigorosamente ao normal — defendeu o senador.

Bisol teme que a CPI tenha uma solução política, punindo apenas alguns parlamentares e deixando vários outros de fora. Ele considera inadmissível que algum parlamentar que tenha seu envolvimento comprovado não seja punido:

— Isso é imoralíssimo. Todos que tiverem culpa têm que ser punidos. Se for para dar uma solução política ao escândalo, prefiro dizer ao público que ninguém vai ser condenado — afirmou.

As subcomissões da CPI trabalharam ontem mais devagar. A prioridade é recolher o máximo de informações sobre as operações feitas pelos deputados que vão depor nos próximos dias. A subcomissão de Bisol tem analisado detalhadamente a evolução do patrimônio dos parlamentares João Alves, Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Logo nas primeiras análises, mantidas em sigilo, já foram constatadas várias irregularidades. As declarações de renda desses parlamentares também apresentaram indícios que permitem comprovar seu envolvimento direto com a máfia do Orçamento.

Roberto Stuckert Filho

O senador Bisol (à direita) e o deputado Odacir Klein conversam com o fiscal do Tesouro Freitas Dutra (sentado)